

Política EJA/EPT: Desafios à Integração na Formação de Educandos da EJA por meio de Projeto de Pesquisa e Intervenção

EJA/EPT Policy: Challenges to Integration in Learner Development through Research and Intervention Projects

Recebido: 12/06/2025 | **Revisado:** 21/08/2025 | **Aceito:** 01/09/2025 |
Publicado: 30/09/2026

Alex Medeiros Pinto
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4390-1961>
Instituto Federal do Pará
E-mail: alex.medeiros@ifpa.edu.br

Tamires Magalhães da Silva Magalhães
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9756-9831>
Instituto Federal do Pará
E-mail: tamires.magalhaes@ifpa.edu.br

Valdir Mário Dias Monteiro
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0585-2669>
Instituto Federal do Pará
E-mail: valdir.monteiro@ifpa.edu.br

Maria Celeste Gomes de Farias
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0542-6671>
Instituto Federal do Pará
E-mail: celeste.farias@ifpa.edu.br

Como citar: PINTO, A. M; MAGALHAES, T. M. S; MONTEIRO, V. M; FARIAS, M. C. G. Política EJA/EPT: Desafios à Integração na Formação de Educandos da EJA por meio de Projeto de Pesquisa e Intervenção. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 02, n. 26, p.1-21 e18686, set. 2026. ISSN 2447-1801.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Resumo

Este relato de experiência apresenta um estudo sobre práticas experienciadas no projeto intitulado “Avicultura de Base Colonial na Prática”, desenvolvido no Curso da Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT) de Auxiliar em Agroecologia do IFPA, em parceria com a prefeitura municipal de Cametá, no Pará. O projeto está integrado à política nacional da EJA-EPT, que buscou articular saberes teóricos e práticos na formação de jovens e adultos. As atividades envolveram estudo em sala de aula, visitas técnicas e a construção de um galinheiro. Os resultados evidenciaram desafios significativos, como altas taxas de evasão, descompasso entre currículo e realidade dos educandos, inadequação do perfil dos estudantes à área técnica descontinuidade no repasse de recursos.

Palavras-chave: Política EJA-EPT; Agroecologia; IFPA; Cametá.

Abstract

This experience report presents a study on the practices in the project entitled “Colonial-Based Poultry Farming in Practice,” developed within the Youth and Adult Education Program with Vocational and Technological Training (EJA-EPT) for the Agroecology Assistant course at IFPA, in partnership with the municipal government of Cametá, Pará. The project is integrated into the national EJA-EPT policy, which seeks to connect theoretical and practical knowledge in the education of youth and adults. The activities included classroom studies, technical visits, and the construction of a chicken coop. The results highlighted significant challenges, such as high dropout rates, a mismatch between the curriculum and the students’ realities, an inadequate student profile for the technical field, and discontinuity in the allocation of resources.

Keywords: EJA-EPT policy; Agroecology; IFPA; Cametá.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da colonização, a educação dos trabalhadores, no Brasil, foi introduzida tendo como primeiros praticantes os indígenas e escravos. Com a descoberta do ouro, surgiram fundições em Minas Gerais, atendendo necessidade de educação para filhos de colonos. Nessa época, foram estabelecidos centros de treinamento no arsenal naval brasileiro, que trouxeram especialistas de Portugal para treinar trabalhadores (Medeiros Neta *et al.*, 2020).

Nesse sentido, a educação profissional no Brasil possui uma história marcada por transformações sociais, econômicas e políticas. Um marco importante ocorreu em 1906, quando Nilo Peçanha, então governador do Estado do Rio de Janeiro, criou, por meio do Decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906, quatro escolas profissionais: Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. As três primeiras focavam no ensino de ofícios e, a última, na aprendizagem agrícola (Brasil, 2009).

Nesse processo histórico, a Rede Federal tem origem no século XX, com a criação das primeiras escolas técnicas federais, durante o governo Getúlio Vargas, na década de 1940, para formar trabalhadores qualificados para a indústria e o desenvolvimento nacional (Brasil, 2013). A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é um ponto relevante na história da educação profissional no Brasil. Composta por instituições federais ofertando cursos técnicos, de graduação a pós-graduação, além de atividades de pesquisa e extensão (Silva Neto; Passos, 2013).

A partir dos anos 2000, a Rede Federal (RF) se expandiu, significativamente, com a influência da Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei nº 11.892/2008 de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que integrou escolas técnicas federais e escolas agrotécnicas, além dos CEFETs (Brasil, 2013) que impulsionou sua atuação. Assim, a RF passou a oferecer uma gama de cursos, desde a educação básica nas diversas etapas - como Ensino Médio Integrado - à Educação Profissional Tecnológica até a pós-graduação, em diversas áreas, como tecnologia, educação, ciências agrárias, saúde e gestão.

Nesse sentido, as instituições da RF realizam pesquisas e projetos de extensão, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país (Silva Neto; Passos, 2013). Para Frigotto (2018), a RF, situada por todo o Brasil, desempenha um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento sustentável, à medida que busca construir a formação integrada principalmente da classe trabalhadora.

Diante disso, a Rede Federal, por meio dos Institutos Federais, procura contribuir, no âmbito das políticas públicas, por exemplo, com a meta 10 do Plano Nacional de Educação-PNE de 2014 a 2024, que deveria atingir 25% de matrículas de Educação de Jovens e Adultos- EJA no Ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional e tecnológica-EPT. Porém, os dados do Painel de Monitoramento PNE, segundo o site do Inep, mostram que o Brasil ficou muito longe de atingir tal meta, pois somente 4,7% de matrículas EJA Integrada a EPT (Brasil, 2014).

Assim, o Projeto Institucional EJA-EPT objetiva integrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ofertando possibilidades de formação profissional para jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade certa.

Nesse contexto, visando contribuir para o alcance da meta 10 do PNE, o Ministério da Educação (MEC), em 2021, publicou a Portaria nº 962/2021 e institui o programa da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e estabeleceu orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 2022, lançou o Edital nº 17 com chamada pública ao Programa de Apoio à oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - Programa EJA Integrada – EPT para que as instituições submetessem projetos de atendimento a EJA-EPT nos Eixos de Ofertas de Cursos; Formação de Professores; Material Didático Pedagógico, Pesquisa e Inovação.

Nesse sentido, como parte da Rede Federal, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA, implementou a Política da EJA-EPT, desenvolvida pelo MEC em diversos dos seus campi. Dessa forma, nos anos de 2022 a 2023, o IFPA - Campus Cametá - desenvolveu o Curso EJA/EPT de auxiliar em Agroecologia, em parceria com a prefeitura municipal de Cametá-Pará, com cerca de 20 educandos da Escola São João Batista.

Assim, esse relato de experiência apresenta os resultados e desafios vivenciados no projeto intitulado "Avicultura de Base Colonial na Prática: proposta de aprendizagem baseada em projeto no curso EJA EPT de auxiliar em Agroecologia do IFPA, em parceria com a prefeitura municipal de Cametá", aprovado pelo Edital de nº07/2022 – EJA integrada a EPT/ IFPA/ FADESP implementação da Política de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional¹, com alunos do Curso EJA/EPT na Escola São João Batista.

Para o desenvolvimento do projeto, algumas questões de pesquisas foram levantadas, a saber: Você cria galinhas? Qual as práticas de manejo utilizadas? Será que utilizando novas técnicas você pode melhorar sua produção? A construção de galinheiro de acordo com as regras adequadas pode contribuir para o aumento da produção?

Diante disso, o projeto buscou atingir os seguintes objetivos: implementar a "Avicultura de base colonial na prática" como proposta de aprendizagem baseada em projeto; despertar a motivação dos alunos a partir da prática profissional através do projeto de pesquisa; implementar uma unidade demonstrativa de Criação de galinha caipira no IFPA Cametá; avaliar a contribuição das ações do projeto no desempenho acadêmico dos discentes através do processo de avaliação continuada; sistematizar a execução das atividades do projeto para construção de um guia metodológico que

¹ O Projeto "Avicultura de base colonial na prática: proposta de aprendizagem baseada em projeto no curso EJA EPT FIC de auxiliar em agroecologia do IFPA, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cametá" foi submetido e coordenado pela Professora Dr^a. Tamires da Silva Magalhaes formada em Zootecnia.

pudesse instruir a implementação da aprendizagem mediada por projetos em cursos EJA EPT.

2 METODOLOGIA

O percurso metodológico da pesquisa foi orientado pela abordagem da pesquisa-ação em que, Thiollent (1996), destaca o potencial desse método para a produção de informações e conhecimentos de uso mais efetivo, especialmente no campo pedagógico, ao envolver os próprios sujeitos do sistema educacional na busca por soluções para os problemas que enfrentam. A aplicação dessa abordagem se justifica pelo fato de os pesquisadores também atuarem como participantes do processo investigativo, uma vez que conduziram o estudo ao longo das disciplinas do Curso de Auxiliar em Agroecologia EJA/EPT, o que possibilitou a intervenção direta com estratégias voltadas à resolução de problemas práticos surgidos durante a execução do projeto (Elliot, 1991).

A coleta de dados foi realizada por meio da observação participante (Malinowski, 1976), já que os pesquisadores acompanharam todas as etapas, desde o planejamento até a implantação do Projeto de Pesquisa e Intervenção. Para o registro das informações, foram utilizados caderno de campo, câmera fotográfica e filmadora, contribuindo para a documentação sistemática das atividades e intervenções realizadas.

O Projeto de Pesquisa, na mediação da aprendizagem, foi construído em três etapas, a saber: A etapa I se constituiu na concepção do Projeto e coleta de dados secundário com caráter interdisciplinar nas áreas de conhecimento como as ciências agrárias e ambientais, economia e sociologia rural, para auxiliar na apreensão dos fatos sociais, com levantamento bibliográfico sobre os temas pertinentes a pesquisa – avicultura de base colonial e sistemas de produção agroecológico de criação de galinha caipira, manejo alimentar, manejo sanitário, legislação sanitária, economia rural.

A II etapa foi realizada com os alunos do Curso EJA EPT em Auxiliar em Agroecologia da Escola Municipal de Ensino Fundamental São João Batista e ocorreu a partir da exposição da importância da avicultura de base colonial como sistema de produção alternativo para agricultura familiar local, no que consiste a geração de renda e produção de proteína animal para o autoconsumo.

A problematização foi adotada como estratégia pedagógica central para promover o engajamento dos alunos no desenvolvimento do projeto. A partir de discussões em sala de aula e da escuta ativa dos educandos, buscou-se despertar a reflexão crítica sobre a realidade local e a identificação de demandas concretas relacionadas à segurança alimentar, à sustentabilidade e à produção agroecológica.

Nesse contexto, os alunos foram incentivados a reconhecerem a relevância da implementação de uma unidade demonstrativa de criação de galinha caipira no espaço escolar, não apenas como atividade produtiva, mas como recurso didático que contribui diretamente para o processo de ensino-aprendizagem. A proposta permitiu

relacionar conteúdos teóricos à prática cotidiana, estimulando o protagonismo dos educandos e fortalecendo o vínculo entre o conhecimento técnico e as experiências vivenciadas em suas comunidades.

A implantação da Unidade Demonstrativa e o manejo da criação foram desenvolvidos como um método complexo de extensão rural, baseado na execução de práticas agrônômicas, administrativas e de economia doméstica com comprovada viabilidade técnica, econômica e social para famílias rurais, conforme define a EMBRAPA (2011). A proposta buscou simular, em condições representativas de campo, um sistema produtivo real, permitindo que seus resultados fossem mensurados com o objetivo de incentivar a adoção de novas técnicas por produtores locais.

Diante disso, a realização da atividade seguiu dez etapas, a saber: (i) seleção da área para implantação da unidade demonstrativa; (ii) limpeza da área escolhida; (iii) delimitação do piquete e construção da cerca; (iv) construção do aviário; (v) preparação do aviário para a recepção dos pintainhos; (vi) aquisição dos pintainhos; (vii) manejo alimentar e sanitário; (viii) realização de biometria dos animais para análise de ganho de peso e conversão alimentar; (ix) definição do ponto ideal de abate; e (x) abate dos animais, seguido da análise do rendimento de carcaça e dos cortes comerciais.

Finalmente, a etapa III do projeto previa a elaboração de um guia metodológico, que teria como objetivo sistematizar as experiências, práticas e aprendizados desenvolvidos ao longo da execução da unidade demonstrativa, servindo como instrumento de apoio pedagógico e técnico para futuras ações semelhantes. Contudo, essa etapa não pôde ser concluída devido à descontinuidade na execução da política pública EJA/EPT, evidenciada pela não liberação dos recursos financeiros previstos para a aquisição dos materiais de consumo essenciais à finalização do projeto. Essa limitação revelou um dos principais entraves enfrentados nas políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica: a instabilidade no financiamento e o comprometimento da continuidade das ações planejadas, mesmo quando estas já demonstram resultados positivos no campo da formação e da extensão rural.

Todas essas etapas foram acompanhadas de forma sistemática por professores, alunos do Curso EJA/EPT e o bolsista, permitindo o monitoramento contínuo da implantação da unidade e a consolidação do projeto como experiência formativa e extensionista

3 A POLÍTICA DE EJA/EPT E A NECESSIDADE DE GARANTIR DIREITOS

A política de EJA/EPT, que a classe trabalhadora busca, é no entendimento de que toda pessoa tem direito à educação, pois, ela é, ao mesmo tempo, um direito humano e condição para a garantia dos demais direitos, pela possibilidade da mesma poder empoderar e proporcionar a busca por outros direitos. Pois, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26, “toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao

ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório” (ONU, 1948). Nesse contexto, a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição social, política, econômica, cultural, étnica (Arroyo, 1999).

Como parte da política de garantir direitos à educação, com qualidade, é que a ampliação da Rede Federal de Educação Tecnológica, por meio dos Ifs, combina conhecimentos técnicos, tecnológicos e práticos, buscando oferecer uma formação completa, integrada e qualificada. A principal missão dos IFs é oferecer formação profissional e tecnológica em diversos níveis, capacitando a classe trabalhadora para o mundo e mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, com atuação em todas as áreas de conhecimentos de acordo com os arranjos produtivos regionais.

Nesse contexto, a criação dos Institutos Federais impactou significativamente a realidade educacional do Brasil, ampliando o acesso a uma educação técnica e tecnológica de alto nível, preparando profissionais capacitados e contribuindo para o progresso local. Essas instituições se destacam pela oferta de programas e projetos de Ensino, pesquisa e extensão que atendem às exigências a formação da classe trabalhadora, integrando educação, pesquisa e prática (Frigotto, 2018; Machado, 2020). Os Institutos Federais têm como objetivo oferecer uma educação que articule ciência, tecnologia, cidadania e cultura, promovendo uma formação integral que associe conhecimentos teóricos e aplicados.

Assim, sua proposta pedagógica visa à capacitação de profissionais capazes de responder às demandas tecnológicas do mundo e mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que os prepara para o exercício pleno da cidadania, fomentando a capacidade de propor soluções para problemas sociais. Tal formação deve ser construída com atenção às especificidades culturais e às dinâmicas produtivas regionais, garantindo uma abordagem contextualizada e crítica.

Os IFs são, especialmente, importantes, porque oferecem oportunidades educacionais a educandos da EJA que de alguma forma tiveram o direito à educação negado, integrando a Educação Profissional e Tecnológica - EPT de qualidade.

A política de EJA-EPT, nos Ifs, visa a integração dessas duas modalidades de educação e conta com um arcabouço normativo bem consistente. Assim, em 2000, o parecer nº 11 começou a ser implantado por parte dos sistemas de ensino e reconheceu a EJA como um direito e a relação com a formação profissional da classe trabalhadora. Uma das ações de integrar EJA e a EPT foi instituída pelo Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005, que criou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O Decreto em questão, contudo, focava apenas na educação de nível médio, o que excluiu uma grande parcela da população que requer essa política. Em 13 de julho de 2006, o programa foi ampliado pelo Decreto nº 5.840/2006, passando a atender, além da EPT integrada ao Ensino Médio (EM), também a EPT na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), integrada e concomitante ao Ensino

Fundamental (EF) com curso de qualificação profissional e ampliou a oferta do PROEJA (Cargnin *et al*, 2022).

No processo histórico, a Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulada com a Educação Profissional Tecnológica (EPT) nos IFs busca integrar essas duas modalidades de ensino e assegurar direito à educação e à formação profissional à classe trabalhadora, reconhecendo a importância de oferecer oportunidades de formação integral e continuada para jovens e adultos, especialmente, aqueles que estão fora da escola ou que não concluíram os estudos na idade adequada. Além de buscar proporcionar aos jovens e adultos a possibilidade de concluir a educação básica (ensino fundamental e médio) por meio da EJA, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de qualificação profissional por meio da EPT. Ao integrar essas duas modalidades, busca promover a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país (Carmo *et al*, 2020). São objetivos da política EJA/EPT ampliar o acesso e permanência de jovens e adultos à educação básica e profissional, assegurar condições para que eles e finalizem os estudos (Santos; Nunes, 2021).

A política para promover qualificação profissional e inserção no mercado e mundo do trabalho deve estar alinhada às demandas, preparando os estudantes da EJA-EPT para a inserção ou reinserção produtiva. A fim de alcançar esse objetivo, é proposta uma integração entre os currículos e práticas pedagógicas das escolas de ensino fundamental e médio e a formação técnica profissional tecnológica, de modo a proporcionar uma formação mais completa e adequada às necessidades dos estudantes (Araújo; Simonard, 2023).

A valorização das experiências de vida e trabalho dos estudantes da EJA-EPT é particularmente relevante, tendo como objetivo inseri-las no processo educativo e reconhecê-las no seu percurso formativo. Para tanto, a formação de professores e gestores que atuam na EJA-EPT deve oferecer-lhes suporte e capacitação específicos para lidar com as características deste público e suas necessidades educacionais. Assim, no aspecto legal, a política nacional precisa promover uma educação inclusiva, integral e de qualidade para jovens e adultos, contribuindo para o desenvolvimento humano e social do país (Santos; Nunes, 2021).

Nesse sentido, garantir direito à educação, ao público da EJA, articulado a EPT na Rede Federal no Brasil, no âmbito dos Ifs, ocorre também por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, criado em 2011 pela Lei nº 12.513/2011 com os objetivos de expandir e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional e estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Porém, na prática o Pronatec foi avaliado de forma negativa em vários aspectos como o auto índice de evasão que segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) 70% dos educandos abandonavam os cursos. Para Viana e Amado (2014,p.12), o Pronatec não priorizou a formação humana integral da classe trabalhadora, e se caracterizou como política pública de formação aligeirada,

com cursos rápidos de capacitação profissional para responder a demanda dos empresários de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, que incluía muitos cursos com carga horária mínima de 160 horas, que feticivamente, não possibilitavam a elevação de escolaridade, “e muito menos, garantia a formação humana como parte integrante do currículo”. Dessa forma, o Pronatec acabou fortalecendo a formação dicotômica, acelerada e dualista.

4 POLÍTICA EJA-EPT NO IFPA CAMPUS CAMETÁ: POSSIBILIDADES E MUITOS DESAFIOS

Em tentativa mais recente em construir uma política pública de EJA-EPT, o Ministério da Educação (MEC) publicou, em 2021, a Portaria nº 962 e Institui o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT e estabelece orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 2022 lançou o edital nº 17 com chamada pública ao Programa de Apoio à oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - Programa EJA Integrada – EPT para que as instituições submetessem projetos de atendimento a EJA-EPT nos Eixos de Ofertas de Cursos; Formação de Professores; Material Didático Pedagógico e Pesquisa e Inovação.

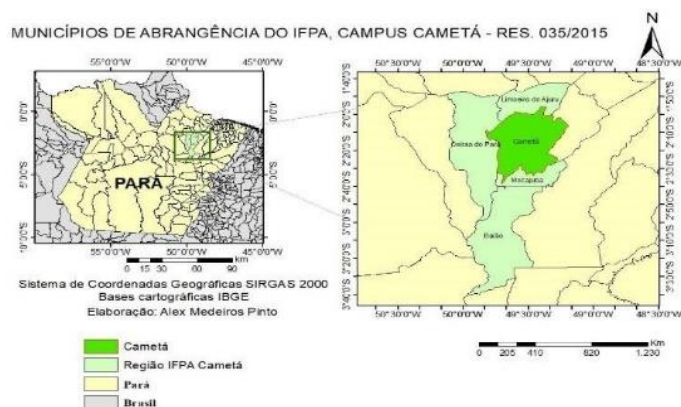
Tal política tem como principal objetivo ampliar o atendimento exigido pela sociedade no Plano Nacional de Educação 2014-2024 que estipulou a Meta 10 para oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional e Meta 11 que diz respeito à ampliação da oferta de vagas para a educação profissional, visando triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA, aprovou o Projeto Institucional EJA-EPT, junto ao MEC, e passou a desenvolver, em vários campi, a política nos Eixos de Ofertas de Cursos; Formação de Professores; Material Didático Pedagógico e Pesquisa e Inovação acordo com a Portaria nº 962/2021 e Instituiu o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT.

O IPFA, Campus Cametá, atua desde 2016 na região do Baixo Tocantins, situada no nordeste do Estado do Pará. Sua área de abrangência compreende cinco municípios: Limoeiro do Ajuru, Cametá, Oeiras do Pará, Mocajuba e Baião. A Instituição tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável de base local, promovendo a geração de conhecimento e a inovação tecnológica, especialmente, no contexto dos arranjos produtivos locais. Entre as principais atividades econômicas, apoiadas pelo IFPA, destacam-se a produção e comercialização do açaí, agricultura familiar, bem como a pesca de peixes de água doce, como o mapará, reforçando seu compromisso com a valorização dos saberes tradicionais e a sustentabilidade regional.

O Município de Cametá, onde está localizado o campus, é caracterizado por sua geografia fluvial, sendo banhado pelo Rio Tocantins e cercado por cerca de 90 ilhas. Essa configuração territorial influencia diretamente as dinâmicas socioeconômicas da região e reforça a importância de ações educativas contextualizadas. A imagem 1 ilustra a área de abrangência do IFPA na região do Baixo Tocantins, evidenciando seu papel estratégico na articulação entre educação, território e desenvolvimento.

Figura 1: Mapa de Abrangência do IFPA, Campus Cametá - RES.035/2015



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

No eixo de ofertas de cursos, o IFPA, Campus Cametá, participou com a constituição de quatro curso nos anos de 2022-2023 em EJA/EPT. Na dinâmica metodológica, a parte comum da EJA fora ofertada pela rede municipal de ensino e a parte técnica (EPT), pelo IFPA. Assim, as aulas ocorriam ora no contexto das escolas municipais em que os professores do IFPA se deslocavam ora no IFPA, em que os educandos visitavam o campus para aulas práticas. Assim, o curso de montador e reparador de computadores foi ofertado nas EMEFs General Osório, com 22 alunos; e Coronel Raimundo Leão, também com 22 alunos. Além do curso de piscicultor, com 22 alunos, realizado na localidade de Carapajó; e o curso auxiliar de Agroecologia ocorreu na EMEF São João Batista, com 20 alunos, como evidencia o quadro 1, abaixo:

Quadro 1: Cursos EJA-EPT- Parceria IFPA Cametá e a Prefeitura do Município de Cametá.

Cursos EJA-EPT	Total de alunos	Escola
Montador e Reparador de Computadores	22	General Osório
Montador e Reparador de Computadores	22	Coronel Raimundo Leão

Psicultor	22	Carapajó
Auxiliar em Agroecologia	20	São João Batista

Fonte: Autor, 2024. Dados Extraídos dos PCCs dos Cursos, 2019.

O Curso EJA-EPT em Auxiliar de Agroecologia segue o Eixo tecnológico de Recursos Naturais do Guia de Cursos Pronatec 2014 do MEC. Sua proposta curricular é fundamentada em princípios filosóficos de práticas educativas progressistas e transformadoras, alinhadas às diretrizes da educação profissional e tecnológica brasileira estabelecidas pela LDB nº 9.394/96. O Curso baseia-se em fundamentos teóricos e metodológicos para a ação pedagógica, adotando como premissas: a importância do trabalho como base educativa; o incentivo à auto-organização dos alunos; a valorização das relações humanas, dos valores e da igualdade de gênero; e a pesquisa como um pilar educativo (IFPA, 2019).

No Eixo Pesquisa e Inovação, o IFPA lançou o edital nº 07/2022 – EJA integrada a EPT/ IFPA/ FADESP, implementando a Política de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional, para que os campi submetessem projetos de pesquisa com direito a um bolsista, com bolsa no valor de 800,00 (oitocentos reais) por 10 meses e recursos financeiro para material de consumo no valor de 5.000,00 reais. Assim, o Projeto "Avicultura de base colonial na prática: proposta de aprendizagem baseada em projeto no Curso EJA EPT de Auxiliar em Agroecologia do IFPA, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cametá" foi aprovado e buscou promover a formação integrada dos educandos da EJA/EPT da Escola São João Batista por cerca de 10 meses.

4.1 Desafios na Implementação do Projeto "Avicultura de Base Colonial na Prática: proposta de aprendizagem baseada em projeto no curso EJA EPT de auxiliar em agroecologia do IFPA, em parceria com a prefeitura municipal de Cametá"

O Projeto "Avicultura de Base Colonial na Prática: proposta de aprendizagem baseada em projeto no curso EJA EPT de auxiliar em agroecologia do IFPA, em parceria com a prefeitura municipal de Cametá" foi desenvolvido em três fases.

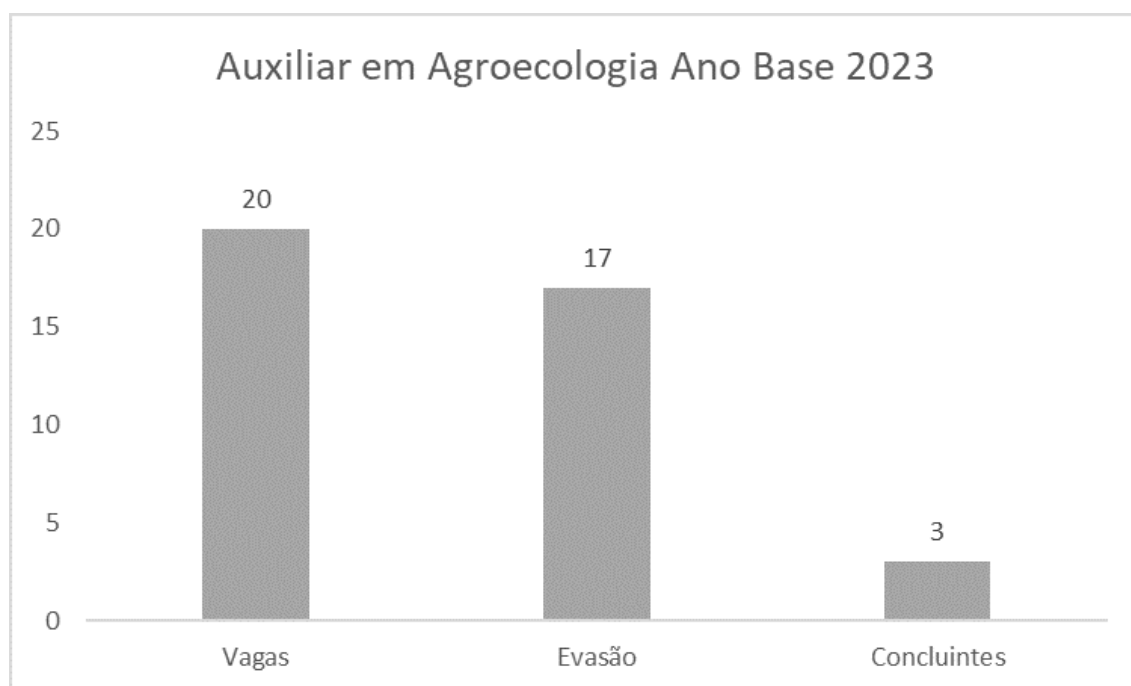
A primeira, denominada "Execução", incluiu a revisão de literatura, com levantamento bibliográfico, foi conduzido por meio de pesquisas no "Google Acadêmico" e na biblioteca do IFPA Campus Cametá, com foco em temas e trabalhos já realizados sobre a avicultura de base colonial, praticada por agricultores familiares e com olhar para a realidade de Cametá.

A Pesquisa envolveu educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Curso Auxiliar de Agroecologia - EJA-EPT, foi necessário também compreender as necessidades, realidades e desafios, desse público, a partir de autores como Freire (1983, 1996) Arroyo (1999, 2014, 2017) e dados do Censo Educacional 2023. A pesquisa e as leituras sobre a Avicultura de Base Colonial e a Educação de Jovens e Adultos foram fundamentais para a construção do conhecimento necessário para as etapas seguintes.

Na segunda etapa de execução do Projeto, foi promovida uma exposição temática direcionada à turma do Curso de Auxiliar em Agroecologia, com foco na relevância da avicultura de base colonial. A atividade destacou o papel fundamental dessa prática na geração de renda, na segurança alimentar e na subsistência das famílias. Além disso, foram discutidos os benefícios pedagógicos proporcionados por esse tipo de abordagem, contribuindo para a consolidação dos conteúdos trabalhados em sala de aula e fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem. O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que se refere ao direito humano de acesso, regular e permanente, à alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para suprir suas necessidades básicas de vida. Tal conceito está vinculado às práticas alimentares que promovem a saúde e são ambientalmente sustentáveis, respeitando a diversidade cultural, conforme definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que garante o direito ao acesso contínuo a alimentos saudáveis, de maneira social, econômica e ambientalmente sustentável (Brasil, 2004).

Dessa forma, foram muitos os desafios institucionais, tanto por parte do IFPA, como pela Rede Municipal de Educação em Cametá para a implementação do Projeto de Pesquisa. Desafios que evidenciam a descontinuidade das políticas públicas em educação como a EJA-EPT. Assim, o curso apresentou significativa evasão dos educandos EJA como ilustrado, no gráfico, a seguir (gráfico 1). Esse fator inviabilizou a construção do galinheiro, já que a ação prática pretendia envolver os próprios discentes na execução da obra como forma de incentivar o processo de ensino-aprendizagem.

Gráfico 1: Dados de Evasão e Concluintes do Curso de Auxiliar em Agroecologia do IFPA Campus Cametá, 2023.



Fonte: Autor, 2024. Dados Extraídos da Plataforma Nilo Peçanha. Ano Base 023, Edição 2024.

O gráfico mostra que somente 3 educandos concluíram o curso EJA-EPT em Auxiliar de Agroecologia. Esse fato impactou diretamente a execução do Projeto, uma vez que a construção da unidade demonstrativa do galinheiro demandava a atuação dos alunos do Curso como parte do processo de aprendizagem na relação teoria e prática. Sendo ideal a participação dos mesmos para garantir um melhor aproveitamento pedagógico.

O processo histórico de evasão dos educandos da EJA em todo o Brasil faz parte dos desafios da política de atendimento que não garante acesso e permanência, pois os dados do Censo Escolar 2023 nos mostra que, de 2018 a 2023, a EJA perdeu quase um milhão de matrículas, uma redução de cerca de 20%, movimento comum à modalidade tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Para autores como Di Pierro (2024), a redução das matrículas na EJA “é um fenômeno multicausal da

Desarticulação entre os governos federal, estadual e municipal para a oferta da EJA e o financiamento insuficiente como fatores que contribuem para a queda de matrículas. Em sua análise, ela também cita a falta de adequação do currículo às especificidades dos estudantes e a assistência estudantil insuficiente [...] A redução de investimentos nos últimos anos é uma das causas apontadas para a crise da EJA (Pierro, 2024, p. 03).

Em 2023, os dados de evasão na EJA do Ensino Médio, no Censo Escolar da Educação Básica, em termos de Brasil, apontam para 19, 5%. E, em 2024, os dados do Censo seguem o cenário de encolhimento da EJA.

Assim,

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem encolhido no país, segundo dados do Censo Escolar 2024 divulgados hoje, 9, pelo Inep. Entre 2020 e 2024, houve uma queda de 20,4% no número de matrículas na modalidade. Já entre 2023 e 2024, a diminuição foi de 7,7%. No ano passado, a EJA contava com quase 2,4 milhões de alunos. Ainda de acordo com o documento, a queda nas matrículas entre 2023 e 2024 na EJA foi mais acentuada no nível fundamental (10,2%). No nível médio, a redução foi de 3,7%. Em relação à faixa etária, a maioria dos alunos da modalidade tem menos de 40 anos (63,9%). Mais de 600 mil matrículas são de menores de 20 anos (Revista Educação, 2025).

O dossiê intitulado “Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA” foi desenvolvido em 2022 pelo Movimento Pela Base, com a colaboração da Ação Educativa, Cenpec e Instituto Paulo Freire. O estudo apresenta um panorama histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, desde 1940, analisando os avanços e retrocessos dessa modalidade de ensino nas últimas duas décadas. O portfólio, mencionado acima, destaca que a evasão na EJA pode ser atribuída a fatores como a frágil cultura do direito à educação, na vida adulta, e à dificuldade dos

estudantes em conciliar trabalho, família e estudos. Além disso, o documento aponta para o desmonte da EJA nos últimos anos, evidenciado pela redução de investimentos, fechamento de escolas e turmas, e a extinção de políticas públicas específicas para essa modalidade de ensino. Esses retrocessos comprometem o acesso e a permanência dos estudantes na EJA, especialmente entre populações historicamente marginalizadas, como negros, mulheres e pessoas trans.

Nesse contexto, o Estado do Pará acompanha o cenário de redução das matrículas na EJA, pois pesquisas revelam que dos 144 municípios, somente 15 aumentaram o número de matrículas nessa modalidade de Ensino (Farias, *et al.*, 2021).

Dessa forma, os desafios e dificuldades enfrentados por parte da SEMED Cametá, que podem justificar a grande evasão dos educandos no Curso de Auxiliar em Agroecologia, destacam-se fatores como organização curricular da EJA em quatro etapas no Ensino Fundamental, que representam muito tempo para o público da EJA que já está em defasagem em termos de aprendizagem para finalizar os estudos na Educação Básica e seguir para o mundo do trabalho na busca de sobrevivência.

A forma como a EJA é organizada no sistema de ensino não dialoga com o perfil dos educandos, composto majoritariamente por jovens de 15 a 19 anos em distorção idade-série para concluir o Ensino Fundamental e Médio respectivamente. No Brasil, os dados do MEC em 2021 mostram que 21,6% dos jovens no 9º ano do fundamental estavam em distorção e no Ensino Médio esse percentual era de 24,4%, tornando a EJA atrativa para concluírem os estudos (CENPEC; Instituto Paulo Freire, 2022).

Trata-se de uma organização curricular tradicional, engessada e rígida, que não oferece, segundo Arroyo (2017), a flexibilidade necessária para garantir o direito de acesso e permanência na escola da classe trabalhadora que é o público da EJA no Brasil como um todo. Isso desconsidera as diversas realidades socioculturais e laborais dos alunos da EJA. No contexto cametaense, a EJA segue esse modelo, o que contribui para a evasão dos estudantes.

Outro fator da realidade de evasão da EJA, nos sistemas de ensino, é a falta de um currículo na perspectiva crítica, problematizadora, inovadora, transformadora das realidades dos sujeitos. Em Cametá, como na maioria dos sistemas de ensino, não existe uma proposta curricular que considere a realidade dos educandos trabalhadores do urbano e rural, não existe um currículo que se organize de forma flexível de termos de tempos e espaços, nem por tema gerador (Freire, 1983), não se organiza por alternância, nem considera o clima, as formas de trabalhos como possibilita a LDB aos sistemas de ensino.

Na política de EJA/ EPT no IFPA, Campus Cametá, e a SEMED, a forma como se organizou o calendário de aulas, não priorizou a carga horária semanal para a formação geral, por meio dos componentes curriculares ofertados pela Escola. Por sua vez, a formação técnica garantida pelo IFPA possuía sempre a menor carga horária, geralmente só um dia na semana e teve cursos em que as aulas técnicas ocorriam no último horário da sexta feira a noite. Um horário em que o aluno trabalhador da EJA já se encontra cansado, disperso para poder acompanhar e por isso muitos alunos se evadem por não conseguir acompanhar a parte técnica.

O currículo da EJA no sistema de ensino de Cametá é o tradicional (Silva, 2011) que tem algumas características como

Ensino humanístico de cultura geral; Centra-se na essência do intelecto, no conhecimento; homem constituído por uma essência imutável; Ensino de caráter verbalista, autoritário e inibidor da participação do aluno; Conteúdos enciclopédicos, descontextualizados; Valorização do conteúdo, do aspecto intelectual, da disciplina; Não há preocupação com os processos de aprendizagem, mas com o resultado e produto desejado; A aprendizagem é receptiva, mecânica, sem considerar as diversidades dos alunos; O aluno/a é educado/a atingir pelo próprio esforço sua plena realização pessoal (competitividade); Busca-se a eficiência, eficácia, qualidade, racionalidade, produtividade na escola, que deve funcionar como uma empresa (Silva, p. 2011, p. 24).

Na perspectiva tradicional de currículo, a escola tem como função principal a formação moral e intelectual dos indivíduos, preparando-os para ocupar seu lugar na sociedade de mercado de trabalho e consumo. Nessa abordagem, a aprendizagem é centrada na mensuração por meio de notas, com foco em conteúdos considerados como verdades científicas acumuladas historicamente. Valoriza-se a quantidade de informações, a memorização e a produtividade. O professor ocupa a posição central do saber, exercendo uma relação autoritária, técnica e disciplinar, enquanto o aluno é visto como um sujeito passivo, desprovido de conhecimentos prévios.

As características de uma educação de concepção tradicional, para o mercado de trabalho com os sujeitos da EJA é muito preocupante, pois desconsidera todas as experiências de vida, de trabalho, de saberes que os sujeitos já construíram ao longo da vida (Arroyo, 2017).

No caso específico da turma de EJA- EPT em Auxiliar em Agroecologia da Escola São João Batista, tem um fator que pode ter contribuído para a evasão, pois a maioria dos educandos não estava inserida em comunidades rurais e não tinham nenhum vínculo direto com práticas agroecológicas, quase todos os alunos faziam parte do setor da limpeza urbana da cidade de Cametá, ou seja, a formação técnica em agroecologia proporcionada pelo IFPA não fazia muito sentido para estes alunos.

Por parte do IFPA, as dificuldades na construção da política EJA/EPT foram várias, começando por não poder fazer o levantamento do perfil das turmas, tal ação ficou mais diretamente sobre a responsabilidade equipe técnica da SEMED que relatou inúmeras barreiras para formar a turma de Auxiliar de Agroecologia nas comunidades do campo, pois muitos educandos na faixa etária da EJA nas comunidades envolvidos em atividades agroecológicas, não possuíam documentação pessoal de registro geral exigida pelo sistema de ensino tradicional. Assim, a turma foi formada com alunos do meio urbano e funcionou na cidade de Cametá.

O IFPA não conseguiu organizar uma estrutura que permitisse aos educandos dos Cursos EJA/EPT, frequentassem regularmente os espaços educativos do campus, o que comprometeu a sua integração plena na instituição. Além disso, devido

a questões burocráticas, o IFPA não garantiu o acesso desses alunos aos programas e auxílios estudantil, oferecidos aos estudantes regulares. Esse fato pode ter contribuído para que os educandos dos cursos EJA/EPT não se percebessem plenamente como alunos do IFPA.

Outro desafio enfrentado pelo IFPA, na implantação da Política EJA-EPT e, conseqüentemente, no projeto de pesquisa "Avicultura de base colonial na prática: proposta de aprendizagem baseada em projeto no Curso EJA EPT de Auxiliar em Agroecologia do IFPA, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cametá", foi a não liberação do recurso financeiro (cinco mil reais), que seria utilizado para a compra dos materiais de consumo e permanente, necessários à implantação da unidade demonstrativa do galinheiro. A ausência desse recurso impossibilitou a obtenção de resultados práticos na pesquisa, que dependia diretamente da construção dessa estrutura. Segundo Maissiat e Allain (2021), sob a ótica educacional, a implementação de projetos tem como objetivo capacitar os estudantes ao colocá-los frente a situações reais de trabalho, permitindo que eles aprimorem os conhecimentos adquiridos nas disciplinas do curso.

Esse processo favorece a formação profissional ao criar cenários de aprendizagem que possibilitam ao aprendiz atuar, interagir, desenvolver conceitos práticos e utilizar recursos disponíveis, como materiais teóricos, ferramentas e equipamentos. Dessa forma, o estudante inicia o processo de generalização e inferência, ainda que de forma parcial, compreendendo que o aprendizado se estenderá ao longo de sua carreira.

Como potencial positivo na construção da Política EJA-EPT IFPA Cametá e SEMED, é importante destacar que a parceria que visou integrar a formação dos educandos da EJA à qualificação profissional, possibilitou articulação rica em trocas de experiências e aprendizados entre os docentes das áreas técnicas do IFPA e os professores das escolas de Cametá. Em média, cada curso envolveu entre 5 a 10 professores do IFPA e cerca de 8 da rede municipal, promovendo uma colaboração significativa entre as duas instituições.

Os professores da parte técnica do IFPA, como agrônomos, zootecnista que atuaram com as turmas de EJA relataram desafios e aprendizados em suas práticas pedagógicas em trabalhar com o público da EJA.

Ao final da segunda fase, foi realizada uma vistoria e análise do terreno em uma área do campus IFPA para a unidade demonstrativa do galinheiro e prosseguiu-se com a execução do projeto. Na visita foi possível avaliar de perto as condições do terreno para a construção do galinheiro destinado aos pintinhos. A análise incluiu a escolha do local mais adequado, considerando fatores como declividade, risco de alagamento, disponibilidade de água, ventilação, iluminação e segurança, já que a área é urbana e suscetível a furtos. A vistoria foi de grande importância, pois a instalação das aves em uma estrutura de caráter permanente, servirá, posteriormente, como laboratório de campo para as atividades práticas dos cursos técnicos em agropecuária em ensino médio e subsequente que o instituto desenvolve. Portanto, foi necessária uma avaliação minuciosa para evitar problemas futuros.

5 RESULTADOS OBTIDOS

O cronograma de execução do Projeto e de liberação de recursos precisa estar alinhado com o calendário de aula, precisa verificar a disponibilidade dos alunos para que possam ajudar na execução e trabalhar sempre com uma prática que tem haver com a realidade deles.

Toda e qualquer iniciativa de prática pedagógica precisa de recurso para que o professor consiga executar com êxito sua proposição. Em um projeto como esse, que serve de ambiente para os alunos do curso técnico em agropecuária precisa de constante recurso, pois demanda dinheiro para compra de ração semanalmente e remédios caso apresente alguma enfermidade. Nesse caso, o projeto só continua em atividade porque é mantido com recurso próprio do IFPA Cametá.

Ter um local onde os alunos possam realizar suas atividades práticas é uma forma de aprimorar os conhecimentos que são trabalhados em sala de aula. Com a conclusão do galinheiro, há um local em que os alunos podem fazer a prática com construções rurais, manejo alimentar e sanitário de galinhas, assuntos que são abordados em sala de aula.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuar com o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta diversas dificuldades e desafios, que podem variar de acordo com o contexto socioeconômico, cultural e regional. Nesse sentido, uma série de obstáculos impede que os alunos tenham êxito na conclusão de seus estudos. Dentre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes da EJA de forma geral, destacam-se algumas questões específicas observadas especialmente entre os discentes do curso de Auxiliar em Agroecologia.

Entre os principais desafios, está a ausência de estratégias pedagógicas que atendam às reais necessidades dos alunos, muitos dos quais precisam conciliar trabalho e estudos. Ademais, alguns alunos enfrentam longas distâncias para chegar à escola, muitas vezes sem o suporte necessário. Outros relatam exaustão no turno da noite e a falta de atividades que promovam discussão, reflexão e o reconhecimento de suas próprias histórias de vida e das experiências de seus colegas. No entanto, os alunos que persistem, frequentemente, expressam gratidão às instituições de ensino e aos professores por oferecer suporte e facilidades que os ajudam a enfrentar e superar as dificuldades da re aprendizagem.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui características específicas e abrange um grupo diversificado de pessoas, com idades variando consideravelmente. Em um único grupo, é possível encontrar indivíduos jovens de 18 anos e idosos com mais de 60 anos. Além disso, os graus de escolaridade também são variados, o que demanda uma abordagem pedagógica flexível e adaptável para garantir um ensino eficaz para todos os envolvidos.

Muitos estudantes da EJA lidam com obstáculos socioeconômicos que impactam diretamente sua assiduidade e desempenho acadêmico. Questões como a necessidade de trabalhar para sustentar a família, a falta de recursos para transporte e material escolar, e até mesmo a carência de uma alimentação adequada são desafios que dificultam a continuidade dos estudos.

As dificuldades na conclusão das turmas da EJA são consideradas um gargalo no nosso sistema educacional. Na educação de jovens e adultos, há um comprometimento ainda maior dessas habilidades, uma vez que os alunos estão afastados do ambiente escolar por vários anos, necessitando de estratégias pedagógicas específicas que garantam sua formação.

O desenvolvimento de propostas interventivas, como o Projeto "Avicultura de Base Colonial na Prática: Proposta de Aprendizagem Baseada em Projeto no Curso EJA EPT FIC de Auxiliar em Agroecologia do IFPA, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cametá", proporciona aos alunos a oportunidade de vivenciar na prática como podem atuar profissionalmente, tanto no mercado de trabalho quanto em suas propriedades.

A última etapa do Projeto, que seria a construção do guia metodológico, não foi concluído, o que impossibilita uma série de aprendizagens para os alunos da EJA que, pela primeira vez, têm a chance de obter uma formação diferenciada, priorizando a aprendizagem prática. Infelizmente, a falta de recursos e a inadequação do cronograma de aulas, em relação ao cronograma do Projeto, limitaram a execução das atividades planejadas. A não liberação dos recursos de 5,000 mil reais como previa o Edital da Política de EJA/EPT para material de consumo para a implementação do Projeto foi um fator limitante para o alcance dos objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; CENPEC; INSTITUTO PAULO FREIRE. **Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA**. São Paulo: Ação Educativa, 2022. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/em-busca-de-saidas-para-a-crise-das-politicas-publicas-de-eja>. Acesso em: 19 maio 2025.

ARAÚJO, Lídia Fabiana Vasconcelos Cavalcante de; SIMONARD, Pedro. A educação de jovens e adultos na rede federal de educação profissional e tecnológica (rfept): algumas questões importantes. Formação Docente – **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [S. l.], v. 15, n. 33, p. 127–139, 2023. DOI: 10.31639/rbfp.v15i33.699. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/699>. Acesso em: 21 maio. 2024.

ARROYO, Miguel.; FERNANDES, Bernardo Mançano. (1999). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Articulação Nacional Por uma Educação. Brasília, 1999.

_____. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Painel de Monitoramento Metas PNE: Disponível em: www.gov.br/inep/painel-de-monitoramento-do-pne. Acessado em 15 jan 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 03 maio 2024.

BRASIL. Apresentação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará** - Campus Cametá. 2022. Disponível em: <<https://cameta.ifpa.edu.br/apresentacao>>.

BRASIL. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)**. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 17-20 março, 2004. Brasília: Consea; 2004.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 maio 2024.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)** - Histórico da Educação Profissional do MEC. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 07 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefndmkaj/https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 06.07. 2025.

CARGNIN, Rosimara *et al.* Um estudo sobre a oferta e inscrições na EJA EPT: Uma análise no RS. **Revista de Ciência e Inovação**, v. 8, n. 1, p. 1-27, 2022.

CARMO, Ana Carolina Rigoni.; DE AMORIM, Elizabeth de Jesus Moreira; DOS REMEDIOS, Sâmia Elene Lobato. O PROEJA como modalidade articulada à EPT: uma análise sobre evasão escolar. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 2, p. 187-206, 2020.

CENPEC; INSTITUTO PAULO FREIRE; MOVIMENTO PELA BASE. **Em Busca de Saídas para a Crise das Políticas Públicas de EJA**. 2022. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/pesquisa/saidas-politicas-eja> Acesso em:15 Jan. 2025.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de Jovens e Adultos: evasão e queda de investimento são pontos de atenção na cobertura.**, 2024. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/educacao-de-jovens-e-adultos-evasao-e-queda-de-investimento-sao-pontos-de-atencao-na-cobertura>. Acesso em 25/02/2025.

EMBRAPA. **Unidade Técnica Demonstrativa – UTD: Manual de Implantação**. Sinop: Embrapa Agrossilvipastoril, 2011. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1354377/1849649/Planejamento_UTD.pdf/0d2f7e38-187b-427c-aa7f-96f3ee3e64ab?version=1.0>. Acesso em 26 out. 2024.

Elliott, J. **Pesquisa-ação para a mudança educacional**. Open University Press, Buckingham, 1991.

FARIAS, Maria Celeste Gomes. de; COSTA, Maria da Conceição Santos; e CONCEICAO, Darinêz de Lima. **EJAI NA AMAZÔNIA PARAENSE: ataques e resistências na luta pela educação pública e gratuita**. Revista Teias [online]. 2021, vol.22, n.65, pp.413-430. pub 26-Dez- 2019. ISSN 1982-0305. <https://doi.org/10.12957/teias.%y.50113>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo, Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Auxiliar em Agroecologia para o público de EJA. Cametá: IFPA, 2019. Documento institucional.

_____. Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e continuada de Montador e Reparador de Computadores. Cametá: IFPA, 2019. Documento institucional.

_____. Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e continuada de Psicultor. Cametá: IFPA, 2019. Documento institucional.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. **Relatório sobre Pronatec aponta falhas na execução do programa.** Disponível em: <https://www.senado.leg.br/noticias/materias/relatorio-sobre-pronatec-aponta-falhas-na-execucao-do-programa>. Acesso em: 12/08/2025.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. e9575, 2020. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575>. Acesso em: 02 maio 2020.

MAISSIAT Juliane.; ALLAIN Olivier. **Conceituação na ação.** Colatina: IFES, 2021.

MALINOWSKI, Bronislaw C. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** Tradução Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976. Disponível em: [hrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclfindmkaj/https://www.scielo.br/j/rbedu/a/J7C8PqvnL8XhZS5Ys4gM6YS/?format=pdf](http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575). Acesso em 06.07. 2025.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de.; LIMA NETO, Avelino Aldo de.; THOMAS, Julie. Educação Profissional e Técnica na França e no Brasil: histórias cruzadas. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 7–30, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i2.64183. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/64183>. Acesso em: 12 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter. (Org.). **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania: a revolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

REVISTA EDUCAÇÃO. EJA encolhe no país, revelam dados do Censo Escolar 2024. **Revista Educação**, 09 abr 2025. Disponível em <https://revistaeducacao.com.br/2025/04/09/censo-escolar-2024-eja/> Acesso em 06.06.2025.

SANTOS Selma dos, & NUNES Eduardo José Fernandes (2021). Avanços e impasses da política de educação após as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos (EJA). **E-Mosaicos**, 10(24), 113–129. <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2021.57601>.

SILVA NETO, José Tavares da; PASSOS, Guiomar de Oliveira. Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia no desenvolvimento brasileiro: entre o mercado e os excluídos. **INFORME ECONÔMICO (UFPI)**, v. 29, n. 1, 2013.

SILVA, Juan Carlo da Cruz.; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes. **História do ensino industrial no Brasil: uma análise historiográfica da obra de Celso Suckow da Fonseca**. Rev. Bras. Hist. Educ. 19. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e091>. Acesso em 06.07.2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

VIANA, Sandra; AMADO, Luiz Antônio. PROEJA E PRONATEC: PROBLEMATIZANDO CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA EJA. **Revista do Centro de Educação**, Letras e Saúde. V. 16; nº02. FFóz do Iguaçu. 2014.